



ISSN 1988-7833
<https://doi.org/10.51896/ccs>

CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES

latindex IDEAS EconPapers Dialnet MIAA Scupira

O ENSINO DE HISTÓRIA E A ABORDAGEM DOS MÉTODOS DA PESQUISA EM HISTÓRIA REGIONAL E MICRO HISTÓRIA

Kárita Gill Sinoti

Mestranda em História pela Universidade Federal de Rio Grande

orcid.org/0000-0003-0244-9349

karita@sinoti.com.br

Odilon Leston Júnior

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

orcid.org/0000-0002-8117-2458

Edgar Ávila Gandra

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

orcid.org/0000-0003-4590-2705

RESUMO

O Artigo pretende analisar as diversas fontes metodológicas e suas possíveis contribuições nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do ensino de história. Dentre estas fontes iremos abordar neste trabalho as contribuições das fontes metodológicas da micro-história e história regional. O intuito de estudar estas fontes é desmistificar a história positivista apresentada por diversos setores da sociedade.

Palavras Chave: Ensino de História, História Regional, Pesquisa e Metodologia em História.

ENSEÑANZA DE LA HISTORIA Y APROXIMACIÓN DE MÉTODOS DE INVESTIGACIÓN EN HISTORIA REGIONAL Y MICRO HISTORIA

RESUMEN

El artículo se propone analizar las diferentes fuentes metodológicas y sus posibles aportes en la investigación desarrollada en el contexto de la enseñanza de la historia. Entre estas fuentes, abordaremos en este trabajo los aportes de las fuentes metodológicas de la microhistoria y la historia regional. El propósito de estudiar estas fuentes es desmitificar la historia positivista presentada por diferentes sectores de la sociedad.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia, Historia Regional, Investigación y Metodología en Historia.

TEACHING HISTORY AND APPROACHING RESEARCH METHODS IN REGIONAL HISTORY AND MICRO HISTORY

ABSTRACT

The article intends to analyze the different methodological sources and their possible contributions in researches developed in the context of history teaching. Among these sources we will address in this work the contributions of methodological sources of micro-history and regional history. The purpose of studying these sources is to demystify the positivist history presented by different sectors of society.

Keywords: Teaching History, Regional History, Research and Methodology in History.

INTRODUÇÃO

A História se consolida enquanto ciência durante o século XIX, embora na prática esteja presente desde o início dos tempos registrando as atividades e feitos humanos. Até não muito tempo, a ciência histórica se dedicava, quase que em sua totalidade, aos registros dos grandes feitos e fatos, dos heróis nacionais. Sob esse cenário, atreveremos a dizer que ao longo dos tempos temos uma predominância quase que absoluta de uma história masculina, branca e da elite, e se direcionarmos nossos olhares para a história regional, mais especificamente à história do Rio Grande do Sul onde deixaremos latente a relevância destas pesquisas históricas de âmbito regional.

Durante décadas os historiadores regionais buscaram reforçar o culto à identidade do Gaúcho, enaltecendo seus feitos e Generais, ratificando o senso comum e o Mito do Gaúcho¹, que é criado pela literatura, reforçado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG e inclusive na escola pelos professores, tanto das séries iniciais, quanto do ensino fundamental e médio. Esse “Mito Fundador” circulante acaba por reafirmar uma sociedade excludente, com um rígido escalonamento social, onde mulheres, negros e pobres, são quase que esquecidos, ou muito pouco citados ou estudados.

Para Zalla (2015), o processo de formação de identidades passa inevitavelmente pela inserção dos grupos e indivíduos em linhas de temporalidade criando modelos de passado conforme as necessidades do presente, o que não é um fato novo, no século XIX o Estado-nação desenvolve dentro de uma visão romântica de povo, unidades culturais e históricas. Ao entendermos como essas construções são feitas ao longo do tempo, podemos, se necessário, desconstruir estereótipos sociais e trazer à luz parte significativa da nossa história.

A “dimensão diacrônica” do tempo é percebida quando se constata a diferença entre o ontem e o hoje e o objetivo da pesquisa histórica é a explicação dessa diferença. A

¹ O gaúcho pampeano, ideologicamente identificado tanto ao elemento popular quanto à elite militar que liderou a Revolução Farroupilha (1835-1845) [...]. Sua produção, reprodução e disseminação como mito fundador da identidade regional do Rio Grande do Sul nos revela uma longa trajetória de investimento intelectual, que remete aos literatos românticos e aos primeiros folcloristas do século XIX. ZALLA (2015).

pesquisa histórica se apresenta como uma resposta a uma surpresa, a um espanto com as diferenças entre o hoje e o ontem. O passado só é apreensível pela comparação com o presente, a única duração que o historiador pode conhecer concretamente. Febvre sustenta que a função da história é “explicar o mundo ao mundo”, “organizar o passado em função do presente”, o que significa que o historiador se dirige ao presente, a seus contemporâneos. (Reis: 2012, p.25)

Em virtude desse cenário é necessário pensar, não apenas os motivos de esquecimento, ou apagamento histórico, mas também, e principalmente, buscar resgatar a história dessa parcela da população deixada de lado por tanto tempo. O trabalho proposto visa discutir as formas possíveis para realizar essa ação, já que especificamente no caso da História do Rio Grande do Sul e da Revolução Farroupilha, os registros documentais deixados foram feitos dentro da perspectiva dessa história excludente e elitista. Portanto, nosso desafio é definir métodos confiáveis para trazer à tona a história desses personagens que foram esquecidos, ou propositalmente apagados.

A FUNCIONALIDADE DA PESQUISA REGIONAL E O ENSINO DE HISTÓRIA.

O sentido do pesquisar, ensinar e aprender história está em os indivíduos conseguirem se reconhecer e reconhecer os seus dentro da complexa engrenagem da vida, devido a estes fatos que os grupos humanos, desde os mais antigos, possuem o hábito de contar histórias para suas crianças, ela é como escreveu Albuquerque Jr (2012) “um passo decisivo para nosso processo de humanização”. É necessário que nossas pesquisas e estudos não sirvam apenas, como eram num passado recente, para criar uma história nacionalista que exaltava feitos e personagens descoladas da realidade da população comum.

Como bem expressa o tribuno e escritor romano Cícero, a história seria a mestra da vida, memorizando e exemplificando, cumprindo assim tanto uma função política, já que tratava de assuntos relativos às formas de governar, à maneira como chefiar e dirigir os cidadãos em momentos decisivos, como em uma ocasião de guerra ou de ameaças externas - assunto predominante dos relatos históricos - quanto uma função moral, já que punha em discussão os valores, os princípios, os comportamentos, os costumes, as leis, os conceitos, as paixões e os sentimentos que dirigiam e explicavam as ações humanas em dados momentos e situações. A história realizava não só uma avaliação política e moral das atitudes tomadas por aqueles considerados dirigentes das cidades, submetendo-os à valoração da justiça de suas ações, mas também uma avaliação da moralidade, da justiça e da sabedoria política das atitudes e das crenças dos cidadãos da própria cidade (Albuquerque 2012 p.24)

Notadamente, na antiguidade já se salientava a importância da função política e moral da história, tendo não apenas a mera função de registro dos fatos puramente, mas cabia a ela a responsabilidade também de avaliar o comportamento social. Com o passar do tempo uma visão positivista se estabelece, trazendo para a pesquisa e o ensino de história uma perspectiva mais engessada, por assim dizer, deixando de lado a subjetividade do comportamento humano e focando no que estava documentado.

O Positivismo, ao rejeitar uma perspectiva problematizadora da relação investigativa em nome de uma perspectiva epistemológica de ênfase da neutralidade científica, acabou por reforçar uma compreensão fixa do passado. Nesta perspectiva, ao historiador, cabe o domínio dos procedimentos adequados para investigação dos documentos e, assim, fazer com que o passado seja ressuscitado. Há aqui uma concepção da objetividade histórica: um passado fixo e um historiador neutro, que saiba lidar de forma correta com os documentos. Não há aqui a problematização da subjetividade do historiador nem tampouco da fonte pesquisada. Ao historiador cabe revelar a origem dos acontecimentos, que se encontra neste passado estável. (Alvi e Miranda, 2008 p. 121/122)

Torna-se indubitável a imensa importância do que está documentado, mas também de entendermos que o raciocínio histórico pode e deve ser mais fluido e contextualizado com demais fatores sócio-histórico-filosóficos e sociais.

A cronologia para a História permanece como necessária em datações, periodizações, ciclos, datas-limite, utilizando variados instrumentos de mensuração como calendários e outros, mas não de forma acomodada e sim gerando movimentos para mudanças no que se refere à homogeneização trazida pelo tempo linear e evolutivo. O que se pretende é a desnaturalização de tal concepção com a inserção das descontinuidades temporais, da simultaneidade, da heterogeneidade, das múltiplas durações, enfim, da multiplicidade que corrobora a cronologia como construção sociocultural e histórica, portanto, plural. (Tuma 2009 p. 86)

Partindo desses pressupostos, pensando sobre o papel do pesquisador e professor de história podemos inicialmente refletir que cada acontecimento tem pelo menos duas perspectivas diferentes, provavelmente mais, assim não faz sentido termos um ensino de história que não problematize as versões postas e se fixe em uma extensa relação de fatos e datas, composta por ilustres nomes que a fizeram. Ao longo dos tempos, desde que surgiu como ciência, já é mais que sabido que a história serviu para legitimar e enaltecer os poderosos, há muito pouco tempo se começou a ter uma história crítica, que aceita fontes que fogem dos documentos oficiais e especialmente, a história das populações marginalizadas. A partir do momento que há o interesse em visitar vestígios materiais de povos antes ignorados, indígenas, negros, pobres, um leque histórico novo se abre, os processos históricos que envolviam essas populações, seja no

que diz respeito a sua própria história e cultura, ou de como foram explorados pela elite branca e mercantil/capitalista. Compreender e trabalhar a diversidade étnica do povo brasileiro, fazer compreender que com raríssimas exceções somos um povo miscigenado, composto por uma amplitude cultural, se faz cada vez mais necessário. Portanto, uma das principais responsabilidades da pesquisa e do ensino de história é, ao nosso ver, proporcionar o debate, e principalmente o entendimento de que a humanidade, e especialmente o povo brasileiro, é diverso, composto por diversas etnias com história e cultura próprias que devem ser respeitadas e admiradas, mais ainda, a partir da compreensão de que cada povo é único, é possível entender que cada indivíduo é único e deve ser respeitado na sua individualidade.

METODOLOGIA

Nos últimos cem anos, a historiografia mundial desenvolveu diversas teorias e metodologias que englobaram o avanço da História, inovando com métodos científicos. Ultrapassando antigos conceitos positivistas de uma histórica política, a qual avaliava apenas os grandes nomes, datas e números gerais da história, considerando apenas questões da história dos grandes agentes políticos. Com o intuito de destacar as mudanças e os avanços da historiografia. Grespan (2015) aborda que:

De algum modo, portanto, o método pode ser totalmente determinado pela teoria, embora o seja em certo grau. Mas é preciso recolocar toda a questão no quadro da redefinição de fronteiras e de tarefas, cujos sintomas percebemos com a emergência dos novos objetos. Manter-se nos termos da recusa radical à neutralidade metodológica conduz fundamentalmente a concepções aporéticas como a da impossibilidade de comparar teorias, de admitir seu diálogo crítico, de reconhecer qualquer terreno comum entre elas e seus respectivos objetivos. (p.297)

Dentre estas inovações, do último século, destacamos o desenvolvimento teórico e metodológico da micro-história e história regional. Estas servem de alicerce para os estudos vinculados às massas populares, indivíduos em situação de vulnerabilidade social, movimentos de gênero e outros conteúdos como nova história política, econômica e social que engendram novos estudos nestas áreas.

Os historiadores dos movimentos populares passam grande parte de seu tempo descobrindo como as sociedades funcionam e quando não funcionam, e também como mudam. Não podem deixar de fazer isso, uma vez que seu objeto, as pessoas comuns, constituem a maioria de qualquer sociedade. Partem com a enorme vantagem de saber que são em grande medida ignorantes, seja dos fatos, seja das respostas a seus problemas. Também possuem a vantagem substancial dos historiadores sobre cientistas sociais que se voltam para a história, de saber o quão pouco sabemos do passado, o

quanto é importante descobrir e qual dificuldade do trabalho necessário para tal fim em uma disciplina especializada. Dispõem ainda de uma terceira vantagem. Sabem que aquilo que as pessoas queriam e necessitavam nem sempre foi aquilo que seus superiores, ou aqueles que eram mais espertos e mais influentes, achavam que deveriam querer. São pretensões bastante modestas para o nosso mister. Mas a modéstia não é uma virtude desprezível. É importante nos lembrarmos de vez em quando que não sabemos todas as respostas sobre a sociedade e que o processo de descobri-las não é simples. Talvez aqueles que hoje planejam e administram a sociedade não se disponham a ouvir. Aqueles que desejam muda-la e, em última análise, planejar seu desenvolvimento, também deveriam ouvir. Se algum deles o fizer, isso em parte se dará graças ao trabalho de historiadores como Georges Rudé. (Hobsbawn, 2013, p.300)

Sobre os avanços metodológicos da história oral, é notável o seu auxílio no desenvolvimento de pesquisas sociais e regionais, dando voz a questões locais e causas sociais que podem estar afastadas dos documentos oficiais e dos discursos políticos hegemônicos que não representam estes grupos.

Ainda assim, o controle da academia sobre o processo de pesquisa, bem como a formação aprimorada dos autores, contribuiu para que as fontes orais fossem utilizadas de forma mais consciente, e, efetivamente conduzindo a sensíveis avanços na historiografia do Rio Grande do Sul, principalmente na controvertida questão de inserção do indivíduo na História, levando em consideração processos individuais e coletivos. (Penna, 2005, p.216)

Considerar os aspectos teórico-metodológicos é ratificar o avanço da historicidade nas questões sociais, políticas e geográficas, em especial, a capacidade da história oral em auxiliar a história regional e a micro-história atraindo o interesse, a participação e a representatividade dos mais distintos públicos e setores da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Escrever sobre a história dos desvalidos, mulheres, militares de baixa patente, pessoas politizadas que participaram da política, mas não foram eleitos, é um dos deveres do historiador. Infelizmente, notamos que na história positivista, apenas são lembrados os políticos eleitos ou portadores de títulos nobiliárquicos onde seus nomes são lembrados por seus discursos ou assinaturas em documentos oficiais.

Nos conflitos militares não podemos esquecer o importante papel no cenário de guerra. Dos inúmeros praças e demais militares que lutaram e deram suas vidas nas guerras para que, apenas os oficiais superiores sejam lembrados e condecorados com seus nomes registrados em ruas e avenidas.

Cabe também ao Historiador rememorar a história das mulheres no renascimento cultural no século XIV, nos conflitos bélicos do Século XIX, perpassando a independência do Brasil com Maria Quitéria, pela independência do Rio Grande do Sul e a Unificação da Itália com Anita Garibaldi, pela Guerra do Paraguai e o relevante trabalho prestado por enfermeiras neste conflito. Devemos ainda considerar o sufrágio universal, com a conquista do direito ao voto feminino no século XX como uma grande mudança no cenário político global, ampliando a participação das mulheres aos cargos do executivo, legislativo e judiciário em inúmeros países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Outro papel preponderante da História se dá diante das crises econômicas, climáticas e na ocorrência de catástrofes, que ocasionam o desabastecimento alimentar, o desalojamento e a fome na população. Estas situações impactam sobremaneira as pessoas em situação de vulnerabilidade social, na maioria das vezes esquecidas pela história, sendo abordadas apenas como dados numéricos.

Logo a Micro-História e a História regional possibilitam reviver a história dos elementos humanos esquecidos, que tiveram um papel preponderante em diversos eventos do cenário histórico.

ESCREVENDO A HISTÓRIA DOS ESQUECIDOS OU PROPOSITAMENTE APAGADOS

A partir do momento que compreendemos que é necessário pesquisar e registrar a história dessa parcela da população que foi ignorada ou apagada dos registros surge o problema, como fazer isso, de que forma e onde encontrar esses vestígios. Quando pensamos em fatos mais recentes podemos, por exemplo, fazer uso dos testemunhos, buscar pessoas que tenham presenciado os fatos e fazer a reconstrução deles através de outra perspectiva além da oficial, quando se trata de um acontecimento já registrado. É o que aconteceu no final dos anos 1970, a história do tempo presente baseada na oralidade começa a ganhar força, essa nova configuração se inicia a partir do processo Eichmann, em 1961, que ao contrário de Nuremberg que consagra as provas documentais e toda atenção era voltada aos carrascos, Eichmann marca o triunfo do depoimento oral, e coloca as vítimas em evidência. “O processo de Eichmann liberou a palavra das testemunhas. Ele criou uma exigência social de depoimentos, como acontecerá mais tarde na França em outros processos” (Dosse, 2013, p.308). Não quer dizer que todo depoimento é livre de suspeita, é necessária a autenticação, muitas vezes ela se dá confrontando vários depoimentos e testemunhas. Ginzburg compara a atividade do historiador a de um juiz quando ao descrever a “evidência, como pista ou prova, é uma palavra crucial para o historiador e para o juiz. Essa afinidade implica tanto convergências quanto divergências, e isso tem sido reconhecido há muito tempo.” (Ginzburg, 2011, p.342) o historiador assim como um juiz avalia provas e testemunhas.

No fim do século XIX e começo do século XX muita historiografia, sobretudo a política e ligada à Revolução Francesa desenvolveu uma atmosfera semelhante à de um tribunal. Esse modelo semelhante aos tribunais causou impacto:

Por um lado, fez com que historiadores visassem a eventos (políticos, militares, diplomáticos) que pudessem ser facilmente atribuídos a ações específicas de um ou mais indivíduos; por outro, abandonam-se fenômenos (como a vida social, mentalités, dentre outros) que resistem a uma abordagem baseada nesse paradigma explanatório. (Ginzburg, 2011, p.345)

A tendência positivista de simplificar a relação entre evidência e realidade, é uma espécie de positivismo às avessas, quando a tentativa de fugir da ótica positivista, faz com que não se dê a devida atenção a evidências importantes, privilegiando os demais aspectos.

Mais problemático ainda é quando o historiador se depara com a pesquisa sobre um tema onde, diferente dos casos anteriores, não há fontes vivas a recorrer e a historiografia da época estudada foi produzida dentro dessa visão positivista. É o caso quando se pretende escrever sobre partes da população que foram deixadas de lado ao longo dos tempos e não são encontradas facilmente na historiografia tradicional, a história dos periféricos, dos marginalizados, dos “comuns” que estão posicionados ao longo dos tempos, para esses a pesquisa histórica necessita de um método que encontre nos menores detalhes vestígios que proporcionem ao historiador montar esse quebra-cabeça.

A partir do paradigma indiciário, Ginzburg introduziu uma nova maneira de fazer História, alimentando a ideia de transgredir as proibições da disciplina e ampliando seus limites, em uma abordagem que privilegia os fenômenos aparentemente marginais, intemporais ou negligenciáveis: as estruturas arcaicas e os conflitos entre diferentes configurações socioculturais. Uma abordagem capaz de remontar uma realidade complexa, não experimentável diretamente, que parte da análise de casos bem delimitados, cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral e contesta ideias solidificadas sobre determinados fatos e épocas. (Tinem e Borges, 2003, p.1)

Segundo Ginzburg (1986), assim como Sherlock Holmes que desvenda cada detalhe das cenas dos crimes que investiga, os historiadores fazem o mesmo com suas fontes, reconhecendo sinais e interpretando indícios, que para as pessoas comuns seriam imperceptíveis. Utiliza como exemplo dessa natureza investigativa do ser humano os seus ancestrais caçadores, que observavam pacientemente os detalhes deixados pela presa (pegadas na lama, ramos quebrados, esterco, tufo de pêlo presos em um galho...) para reconstruir seus passos e encontrá-la. Conhecimento passado por gerações que talvez faça dos caçadores primitivos os primeiros a serem capazes de narrar uma história, por serem os únicos capazes de perceber, interpretar e montar o quebra cabeça deixado pelas diversas pistas que para muitos eram imperceptíveis.

A partir do paradigma indiciário e da micro-história, foi possível fazer análises históricas de grupos e acontecimentos que até então eram desprezados, de forma intencional, ou por falta

de ferramentas que possibilitassem seu estudo. O paradigma indiciário, portanto, é uma importante ferramenta de pesquisa que busca a partir dos detalhes contidos nas diversas fontes possíveis, decifrar o que está dito, mesmo que de maneira sutil, e até o que foi silenciado, de forma intencional ou não e com esses dados construir uma interpretação mais completa do objeto estudado, podendo ser usado enquanto método nas mais diversas pesquisas históricas, assim como em outras áreas do conhecimento.

Mas a abordagem cética que tem se disseminado amplamente nas ciências sociais vai muito além da justa rejeição dessas premissas, caindo no que chamo de armadilha às avessas. Em vez de lidar com a evidência como uma janela aberta, os céticos contemporâneos a tomam como muro, que por definição bloqueia qualquer acesso à realidade. Essa atitude anti positivista radical, que considera todos os pressupostos referenciais como ingenuidade teórica, acaba se tornando, à sua maneira, um positivismo invertido. (Ginzburg 2011, p.347)

Desta forma, ao destacarmos a micro-história e a história regional, podemos elaborar em sala de aula, pesquisas historiográficas reconsiderando a importância histórica dos demais indivíduos. Que outrora, foram esquecidos pelos historiadores positivistas do final do século XIX e início do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção do artigo é demonstrar a funcionalidade e a importância de diversas fontes teórico-metodológicas e sua aplicação no ensino de História. Auxiliando os estudantes a compreenderem a latente desigualdade ao abordarmos a história das suas localidades.

Problematizar e buscar metodologias capazes de trazer à luz uma parcela significativa das sociedades do passado, esquecidas ou apagadas. é essencial ao pesquisarmos e escrevermos história, para que assim possamos desconstruir estereótipos sociais, tão amplamente reforçados pela história positivista. A utilização do paradigma indiciário e da micro-história, permite não apenas desmistificar a história como forma de registro apenas dos grandes feitos, personalidades, ou civilizações, mas abre uma janela para a diversidade dos relatos e formas de perceber os acontecimentos passados, assim construindo uma História mais plural e próxima da realidade.

O artigo não pretende esgotar o assunto, apenas, abordar com ênfase a necessidade de estudarmos as fontes metodológicas nos trabalhos e pesquisas científicas desenvolvidas nas escolas de ensino básico e na temática do ensino de história.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque Jr, D. M. de. (2012). Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. Revista História Hoje. v. 2, nº 4, (pp. 149-174). ANPUH.
- Alvim, Y. C. e Miranda, S. (2008). Sobre a cultura do tempo e o livro didático de história. História e Ensino, v. 14. ANPUH.
- Dosse, F. (2013). A parcela das testemunhas. In: Dosse, F. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador entre Esfinge e Fênix. (pp. 305-314). Unesp.
- Ginzburg, C. (1986). Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Companhia das Letras.
- Ginzburg, C. (2011). Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: Novais, Fernando A.; Silva, Rogério F. da (Orgs.). Nova História em perspectiva. (pp. 341-358). Cosac Naify.
- Grespan, J. (2015) Considerações sobre o método. In: Pinsky, C.B. Fontes históricas. (pp.291-300). Contexto.
- Hobsbawn, E. (2013). Sobre História. Companhia das Letras.
- Penna, R. S. (2005). Fontes Orais e Historiografia: avanços e perspectivas. EDIPUCRS.
- Reis, J. C. (2012). O tempo histórico como “representação”. In: Reis, J. C. Teoria & história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. (pp. 25-66). FGV.
- Tinem, N. e Borges, L. (2003). Ginzburg e o paradigma indiciário. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. ANPUH. CD-ROM. <http://www.lppm.com.br/sites/default/files/livros/Ginzburg%20e%20o%20paradigma%20indici%C3%A1rio.pdf>
- Tuma, M. M. (2009). Tempo histórico e cronologia: o conhecido e o ensinado por professoras dos anos iniciais. História e Ensino. ANPUH.
- Zalla, J. (2015) Da Memória ao Ensino de História: uma abordagem crítica do regionalismo gaúcho na sala de aula. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/zalla.pdf>